

Enfrentando as desigualdades pela valorização da mulher

A valorização plena da mulher passa ainda por inúmeras conquistas. Embora um longo percurso já tenha sido percorrido, como o direito a votar e ser votada, a mulher ainda enfrenta desafios. As bancárias ainda ganham 25% a menos que os homens, ocupam menos postos de chefia, mesmo com escolaridade superior. Além disso, nas relações pessoais, ainda cabe a elas a tarefa do cuidado pela casa, crianças e idosos.

Fotos: Karine Endres



Uma história de amor para celebrar

As bancárias e os bancários de Caxias do Sul e região celebraram o Dia Internacional da Mulher com uma história de amor. “Felínias: Histórias de Amores e Clowns” foi apresentado na Casa de Cultura Percy Vargas, no dia 8 de Março, com entrada gratuita para os sócios do Sindicato.

Embora a peça traga para o palco um tema de tom emocional, uma relação de “encontros e desencontros”, como definido pelo próprio grupo Ueba, não deixa de refletir sobre a condição da mulher. “A peça retrata um período específico da história, mas reflete muitos dos anseios, lutas e conquistas vividos pelas mulheres atualmente”, afirma Daniela Amoretti Finkler, diretora do Sindicato.

“No quadro ‘O Casamento’, por exemplo - uma mulher que, em virtude de seu amado ter sido recrutado para a guerra, se vê obrigada a um casamento com outro, pois jugara tê-lo perdido - reflete a condição da mulher que não ‘podia’ optar por não se casar, o que na época era um absurdo”, continua Daniela.

Para o bancário Marco Antônio, do Safra, “o espetáculo realça a questão da mulher, sobretudo por ter sido realizado justo no 8 de Março”, afirma. Lenara Guerra, do Banrisul, concorda. “Embora não seja uma temática especificamente sobre as lutas das mulheres, é difícil imaginar uma que nunca tenha tido dificuldades em construir um relacionamento e não se identifique com a peça”, explica.

O Sindicato presta, desta forma, a sua homenagem à todas

aquelas que lutam diariamente, buscando melhores condições de trabalho e igualdade de oportunidades em todos os campos da sociedade.



Bancárias caxienses: fazendo história desde 1937

Em 1937, Gysmunda Pezzi assume a presidência do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região. O fato é um marco na luta das mulheres pela igualdade de gênero, pois Gysmunda foi a primeira mulher a assumir a presidência de um Sindicato no Rio Grande do Sul.

Esta mulher pioneira sofreu diversos ataques na mídia caxiense da época, que detratava os bancários e o Sindicato por ter em sua presidência uma mulher.

“Sofrendo várias pressões pelo conservadorismo que tomava conta da sociedade, que expressava-se internamente através de boicote e externamente, desde boatos até matérias de jornais, Gysmunda e o restante da diretoria pediram demissão”, afirmam Raquel Adriana Rech e Samanta Mara Turbay Savardelli, em seu ensaio histórico sobre o Sindicato.

Hoje, 75 anos após este feito, outra mulher ocupa o cargo que representa a presidência do Sindicato. Vaine Terezinha Andreguete é coordenadora da Secretaria de Organização Política e Sindical, tendo a tarefa de avançar na organização dos bancários caxienses.



Alguns fatos históricos e muita luta

1910

Durante a II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, Clara Zetkin propôs que fosse celebrado em todo o mundo o Dia Internacional das Mulheres, a exemplo das mulheres socialistas dos Estados Unidos que organizavam um Dia das Mulheres dedicado à luta pelo direito ao voto.

1932

Mulheres brasileiras conquistam o direito de votar, ainda com uma série de condicionantes.

1946

Conquista da plena igualdade de voto em relação aos homens.

1960

O então Banespa aceitou pela primeira vez o acesso

de mulheres ao cargo de auxiliar de escritório; o sistema financeiro era um território exclusivamente masculino.

1971

O Banco do Brasil aceitou pela primeira vez o ingresso das mulheres.

1977

O “8 de março” foi reconhecido oficialmente

pelos Nações Unidas como momento de mobilização para a conquista de direitos e para discutir as discriminações e violências morais, físicas e sexuais ainda sofridas pelas mulheres.

1986

A CUT cria a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora.

1994

A CUT aprova a cota mínima de 30% de participação dos sexos nas direções da central.

1998

O tema Igualdade de Oportunidades se torna um dos eixos das campanhas nacionais dos bancários, enquanto que na mesa de negociações a Fenaban negava a discriminação no local de trabalho.

2000

Os bancários conseguiram pela primeira vez incluir a seguinte cláusula na Convenção Coletiva: “Igualdade de Oportunidades”.

2001

O Dieese a pedido do movimento sindical lança o primeiro grande diagnóstico na categoria intitulado “O Rosto dos

Bancários”, no qual aponta as discriminações de gênero e raça.

2003

O governo Lula cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

2006

Com base nas denúncias do movimento sindical e envolvimento dos movimentos sociais, o Ministério Público do Trabalho pressiona os bancos a fazer um

novo diagnóstico da categoria por meio de uma pesquisa.

2006

Entra em vigor a Lei Maria da Penha, que protege mulheres contra a violência doméstica e torna mais rigorosa a punição aos agressores.

2007

Os sindicatos de todo Brasil chamam a categoria a participar do censo organizado pela Febraban intitulado o

“Mapa da Diversidade” – metade da categoria responde.

2009

Se comprova mais uma vez a discriminação de gênero, raça e contra pessoa com deficiência nos bancos através do resultado do Mapa da Diversidade – a Fenaban divulga plano de ação para correção destas distorções.

2009

Os bancários foram a primeira

categoria a conquistar a licença-maternidade de 180 dias.

2011

Dilma Rousseff é eleita primeira mulher presidenta da República.

2012

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram, por unanimidade, confirmar a validade da Lei Maria da Penha, símbolo da luta contra a violência doméstica.

Terceirização é reforma trabalhista velada

Com 10 milhões de trabalhadores, hoje a terceirização abocanha 25% da população economicamente ativa do Brasil (PEA), segundo dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos, o Dieese.

De um lado, empresas defendem o método com o discurso de que a terceirização permite que a produção seja orientada apenas para a atividade fim, liberando setores como limpeza e segurança para a terceirização.

Do lado oposto, entidades representantes dos trabalhadores mostram números que provam: a terceirização vem fazendo na prática uma reforma trabalhista. Além de engolir um quarto dos trabalhadores ativos, ela não possui legislação específica. Até hoje, apenas uma Súmula do TST – a de número 331 – faz referência a esta modalidade de contratação.

O texto permite que uma empresa terceirize apenas sua atividade meio, e não a atividade fim. Além disso, consta um artigo que responsabiliza a empresa tomadora de serviços das obrigações trabalhistas em caso de inadimplência da terceirizada. Com isto, caso a empresa terceirizada não pague seus empregados, a empresa contratante se torna responsável pela dívida.

Mas na prática, a Súmula é constantemente desrespeitada. Seguidamente, os trabalhadores do ramo financeiro entram na Justiça buscando a equiparação com os demais bancários.

“A responsabilidade pela mão de obra vai se diluindo para, ao fim e ao cabo, não haver responsabilidade nenhuma”, alertou Paulo Schmidt, vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Anamatra.

Schmidt lembra também que a maioria dos processos judiciais que os trabalhadores vencem mas não conseguem executar a sentença é movida por terceirizados. “Para o juiz do Trabalho, o direito do trabalho é menos efetivo na terceirização. Não é uma questão ideológica, é uma questão prática”, afirma.

Diferentes direitos para os mesmos deveres

Os números deixam claro como essa “reforma trabalhista” acaba sendo implementada. Em 2010, os terceirizados receberam um salário 27,1% menor e trabalharam 43 horas em média, ante 40 horas dos contratados diretamente. O tempo médio de permanência dos terceirizados no mesmo emprego também diverge: para estes, foi de apenas 2,6 anos, contra 5,8 dos não terceirizados.

Outro estudo, divulgado pelo Ipea no início de março deste ano, mostra que a terceirização vem fortalecendo o giro dos trabalhadores. Em 2010, por exemplo, a taxa de rotatividade dos empregados terceirizados foi 76,2% maior que a dos não terceirizados. De 2004 a 2010, a taxa de rotatividade dos não terceirizados passou de 32,9% para 36,1%, enquanto as dos terceirizados passou de 60,4% para 63,6%, em São Paulo.

Além destas diferenças, na maioria

Cada vez mais terceirizados também nos bancos

No setor bancário, além de atividades meio como limpeza, segurança e telefonistas já estarem completamente terceirizadas, os bancos já delegaram a contratação dos funcionários nos “call-centers”.

“Os clientes ligam para os bancos e pensam estar sendo atendidos por bancários, não por um terceiro que lida diretamente com os seus dados pessoais. Além disso, esses trabalhadores ganham em média um terço da remuneração de um bancário contratado direta-

mente pelo banco”, denuncia Cássio Marques, presidente do Sindicato dos Bancários de Florianópolis.

Na Campanha Salarial de 2011, o fim das terceirizações foi uma das reivindicações que pautou os debates. “O objetivo é estender essa discussão para os demais serviços terceirizados, como os processos de tesouraria, processamento de envelopes, suprimentos de terminais e compensação”, afirma Edson Gomes, presidente do Sindicato dos Bancários de Amapá.

das vezes os trabalhadores que exercem a mesma função têm direitos diferentes. Enquanto o contratado diretamente tem acesso a benefícios como convênio médico, vale-refeição e vale-transporte, o terceirizado tem apenas algum ou nenhum destes direitos.

Outro dado preocupante revelado pela pesquisa do Dieese é em relação à saúde do trabalhador: oito em cada dez acidentes acontecem com terceirizados.

A terceirização cresce vertiginosamente tanto na esfera pública quanto na privada, mas tem se tornado espantosamente comum no setor público, onde avança com força nas grandes estatais, como CEF e BB.

“O processo de reestruturação do trabalho que ocorre desde pelo menos a década de 1990 não está restrito somente às inovações tecnológicas, está ancorado também em um processo de reordenação organizada das

empresas do qual a terceirização faz parte”, afirma Adriana Marcolino, pesquisadora do Dieese.

Para ela, terceirização acabou cumprindo o papel de reforma trabalhista, “pois permitiu a flexibilização de diversos direitos conquistados com anos de lutas dos trabalhadores”, afirma.

O trabalhador terceirizado não é o único que sofre com condições precárias. Este processo também ameaça a retirada de direitos de trabalhadores diretos, pressionando os salários para baixo, dificultando a organização sindical e a luta por direitos. A qualquer momento o trabalhador direto pode ter que virar PJ, ou pode ser demitido para a entrada de uma empresa terceirizada.

Projeto de Mabel: sem limites para a precarização

No poder legislativo há diversos projetos em tramitação que visam regulamentar a terceirização. O mais polêmico é o PL 4330/04, do deputado Sandro Mabel (PR-GO) que, entre, outras coisas, permite a contratação de trabalhadores terceirizados para qualquer função, seja para a atividade fim, seja para atividades complementares, como limpeza e segurança. O projeto também legaliza as diferenças salariais e de outros direitos entre ter-

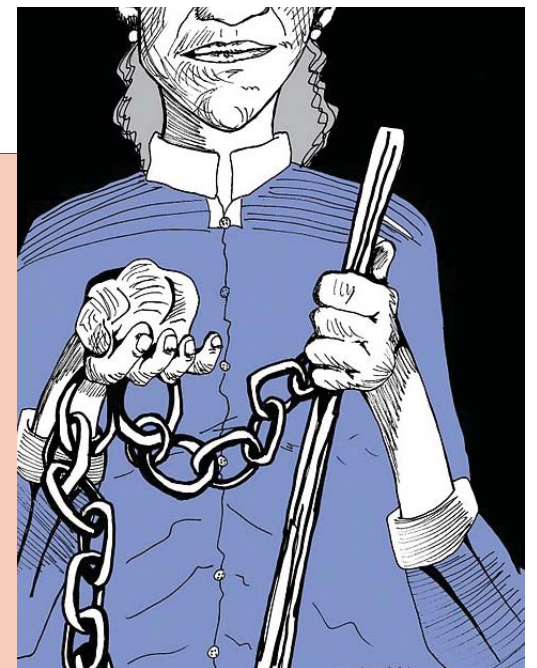
ceirizados e primários.

Outro ponto polêmico é que o projeto propõe responsabilidade subsidiária, definindo que o terceirizado só pode cobrar direitos trabalhistas da empresa contratante quando forem esgotadas as possibilidades de cobrá-los da empresa contratada.

“O projeto vai acabar produzindo uma reforma trabalhista precarizante e vai comprometer o futuro do Brasil”, afirmou o vice-presidente da Anama-

tra, Paulo Schmidt. “A aprovação desse projeto significa uma reforma trabalhista jamais pensada pelo mais radical dos liberais.”

Na avaliação de Schmidt, ao não estabelecer regras claras para proibir a terceirização dos trabalhadores responsáveis pela execução de atividades fins das empresas, o projeto de lei gerará um cenário em que o Brasil poderá ter diversas empresas sem empregados.



Sindicato dos Bancários
Caxias do Sul e Região

Borges de Medeiros, 676, Centro
Caxias do Sul - RS
Cep: 95020-310
Fone: (54) 3223.2166
Fax: (54) 3223.2405
bancax@bancax.org.br

Voz do Bancário
vozdobancario@bancax.org.br

Publicação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caxias do Sul e Região
Fundado em 24 de outubro de 1935
Filiado à Feeb/RS, Contraf, Cut, Dieese e Diap

Coordenadores de Secretarias:

Imprensa, Divulgação e Mobilização:
Daniela Amoretti Finkler;

Organização e Política Sindical:
Vaine Terezinha Andreguete;

Movimentos Sociais: Marcelo Caon;

Formação: Ademar Henrique Bellini;

Finanças, Patrimônio e Administração:
Ariovaldo Adão Filippi;

Cultura Esporte e Lazer: Luis Fernando Loro;

Saúde e Relações do Trabalho:
Vilmar José Castagna;

Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região;

Jornalista Responsável:
Karine Endres - Mtb: 12.764

Diagramação e Arte: Karine Endres

Fotolitos e Impressão: Jornal Pioneiro;

Tiragem desta edição: 3.000 exemplares;

Correspondentes bancários aumentam a precarização, a insegurança e a exclusão social

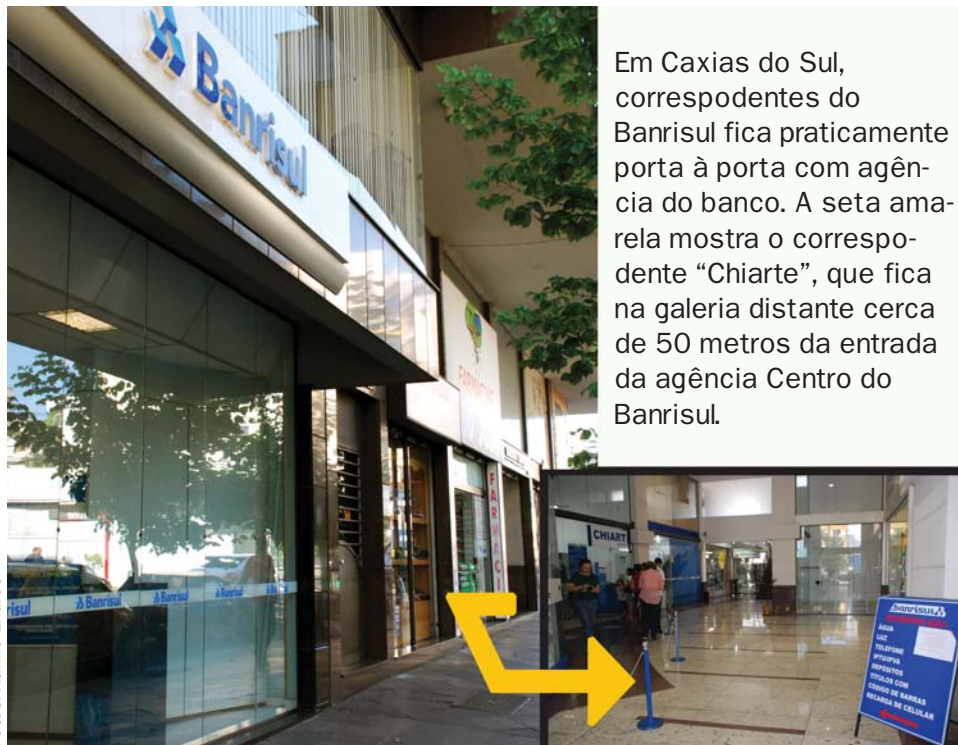
Com a justificativa de aumentar a bancarização da população brasileira, o Banco Central passou a aceitar a presença dos correspondentes bancários.

Porém, o que era um serviço destinado exclusivamente às praças sem atendimento bancário, se tornou uma “febre” no ramo, gerando mais precarização do trabalho, aumentando a insegurança dos trabalhadores e a exclusão social da população de menor renda.

Em 1973, a Carta Circular 220 do BC liberou que os bancos contratassem pessoas jurídicas para o desempenho das funções de correspondentes para os serviços de cobrança de títulos e execuções de ordens de pagamento.

A gama de serviços ofertados pela terceirização, via correspondentes bancários, cresceu gradativamente. Em 1999, este leque de possibilidades aumenta significativamente, porém, sempre destinadas às praças desassistidas por agências ou postos bancários.

Esta regra, que buscava efetivamente levar os serviços para locais considerados inviáveis financeiramente, caiu em março de 2000. À partir



Em Caxias do Sul, correspondentes do Banrisul fica praticamente porta à porta com agência do banco. A seta amarela mostra o correspondente “Chiarte”, que fica na galeria distante cerca de 50 metros da entrada da agência Centro do Banrisul.

Fotos: Karine Endres

de então, está liberada a contratação de empresas para correspondentes bancários, sem limitações.

Porém, em 2011, além de avançar ainda mais e retirar praticamente qualquer restrição ao serviço, o BC assume a posição de legislador com as resoluções 3.954 e 3.959. Desde então, toda a atividade bancária pode ser terceirizada. Estas resoluções diferem de todas as demais, pois além de ampliar o leque de serviços repassados aos correspondentes, percebe-se um

esforço ainda maior em “legalizar” a terceirização, interferindo nas relações de trabalho, ao tentar afastar o risco jurídico ao qual os bancos estão submetidos, quando repassam seus serviços para terceiros.

Além disso, representa um estímulo maior para que os bancos consolidem sua estratégia de segmentação da clientela, expandindo os correspondentes, em detrimento da abertura de novas agências e da contratação de bancários.

Bancários ameaçados

Estudo realizado em 2011 pelo Dieese mostra que os comerciários, categoria onde está classificada a maioria dos correspondentes, recebem apenas um quarto da remuneração média dos bancários, têm muitos menos direitos e benefícios e cumprem jornadas de trabalho muito mais extensas.

Nos acordos coletivos de categorias como esta, não há PLR e vale-alimentação e a grande maioria não possui sequer tíquete-alimentação. Além disso, a jornada média efetivamente trabalhada é de 45 horas semanais, sendo que apenas 52,5% exercem a jornada legal e 20% não tem a carteira assinada.

“Como as resoluções do BC permitem que os próprios bancos criem correspondentes, eles não terão mais interesse em abrir agências. Ou seja, os correspondentes ameaçam a própria existência da categoria bancária”, afirma Miguel Pereira, secretário de Organização da Contraf-CUT.

Além disso, os clientes saem perdendo quando não usufruem de um serviço financeiro executado por bancários. “Nos correspondentes, os clientes estão expostos a riscos por falta de segurança adequada, já que esses estabelecimentos não cumprem a Lei nº 7.102/83 que trata das instituições financeiras”, destaca ainda Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT.

Tese da bancarização é falsa

O discurso da inclusão bancária, em nome do qual crescem os correspon-

dentes, é falsa. Pesquisa realizada pela Contraf-CUT e Dieese, com base nos dados do próprio BC, revela que o que os correspondentes não vem cumprindo seu objetivo de levar atendimento para regiões onde os bancos não chegam.

O Sudeste concentra 54,7% das agências e PABs e 45% dos correspondentes. Já o Nordeste conta com 20,91% do total de correspondentes e 51,95% dos seus municípios desassistidos por agências ou PABs.

Para se ter uma ideia, 6.670 agências estão em São Paulo, contra 19.981 em todo o país (incluindo as paulistas). Apenas 7,44% dos municípios de SP não contam com agências ou PABs. Já no Piauí, estado nordestino, 79,91% das cidades não contam com agências ou postos. O Piauí também conta com apenas 1,23% dos correspondentes bancários do país, contra 25,68% em São Paulo, mesmo tendo tido um crescimento de 102% no ramo ente dezembro de 2007 e maio de 2011.

Os correspondentes foram criados para levar atendimento para regiões onde os bancos não chegavam, como a

Amazônia. Mas o que se vê hoje é que eles estão localizados sobretudo nas grandes cidades, para atender as pessoas de baixa renda e os pobres. Assim, esta modalidade gera exclusão social pois não garante assistência financeira, segurança ou sigilo das informações.

“Os correspondentes estão sendo usados na verdade para segregar e excluir os mais pobres, para precarizar as relações de trabalho, reduzir custos e aumentar os lucros dos bancos, uma vez que os correspondentes fazem a mesma coisa e custam um quarto do salário do bancário”, afirma Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT.

“Não defendemos o fim dos correspondentes, mas a sua transformação em postos de atendimento e agências pioneiras, para levar serviços bancários para as regiões desassistidas, provendo assistência financeira para toda a população, sem discriminação de condição econômica e social, com garantia de se-

gurança e sigilo bancário preservado”, afirma Arílson da Silva, presidente do Seeb de Mato Grosso.

TOTAL DE CORRESPONDENTES

Total de correspondentes sediados em cada unidade da Federação

UF	Unidade	%	Unidade	%	Crescimento
					Dez/07 A Maio/11
Região Norte	3.332	3,48%	7.144	4,44%	114%
Acre	113	0,12%	314	0,20%	178%
Amapá	167	0,17%	345	0,21%	107%
Amazonas	640	0,67%	1.497	0,93%	134%
Para	1.195	1,25%	2.214	1,38%	85%
Rorônia	440	0,46%	1.131	0,70%	157%
Roraima	83	0,09%	230	0,14%	177%
Tocantins	694	0,72%	1.413	0,88%	104%
Região Centro-Oeste	7.884	8,23%	12.832	7,97%	63%
Distrito Federal	2.000	2,09%	2.081	1,29%	4%
Goiás	3.061	3,19%	5.220	3,24%	71%
Mato Grosso	1.437	1,50%	3.093	1,92%	115%
Mato Grosso do Sul	1.386	1,45%	2.438	1,51%	76%
Região Nordeste	18.149	18,93%	33.657	20,91%	85%
Alagoas	1.042	1,09%	1.824	1,13%	75%
Bahia	4.750	4,96%	8.845	5,50%	86%
Ceará	2.833	2,96%	5.126	3,18%	81%
Maranhão	1.502	1,57%	3.040	1,89%	102%
Paraíba	1.486	1,55%	2.794	1,74%	88%
Pernambuco	3.206	3,34%	5.689	3,53%	77%
Piauí	873	0,91%	1.987	1,23%	128%
Rio Grande do Norte	1.638	1,71%	2.973	1,85%	82%
Sergipe	819	0,85%	1.379	0,86%	68%
Região Sul	18.984	19,81%	34.840	21,65%	84%
Paraná	8.190	8,54%	13.412	8,33%	64%
Rio Grande do Sul	5.123	5,34%	13.023	8,09%	154%
Santa Catarina	5.671	5,92%	8.405	5,22%	48%
Região Sudeste	47.500	49,56%	72.470	45,03%	53%
Espírito Santo	2.430	2,54%	3.168	1,97%	30%
Minas Gerais	10.227	10,67%	17.610	10,94%	72%
Rio de Janeiro	7.215	7,53%	10.354	6,43%	44%
São Paulo	27.628	28,82%	41.338	25,68%	50%
Total	95.849	100,00%	160.943	100,00%	68%

Fonte: Banco Central
Elaboração: Subseção Dieese/Contraf-CUT

SEM AGÊNCIA E SEM PAB

Total de municípios e locais sem agência e sem PAB por unidade da Federação e por região, em maio 2011

UF	Número de Municípios	Municípios sem Agência e sem PAB	% de Municípios sem Agência e sem PAB por UF
Região Norte	449	233	51,89%
Acre	22	6	27,27%
Amapá	16	9	56,25%
Amazonas	62	27	43,55%
Para	143	59	41,26%
Rorônia	52	17	32,69%
Roraima	15	10	66,67%
Tocantins	139	105	75,54%
Região Centro-Oeste	488	172	35,25%
Distrito Federal	23	2	8,70%
Goiás	246	99	40,24%
Mato Grosso	141	55	39,01%
Mato Grosso do Sul	78	16	20,51%
Região Nordeste	1.794	932	51,95%
Alagoas	102	56	54,90%
Bahia	417	147	35,25%
Ceará	184	75	40,76%
Maranhão	217	117	53,92%
Paraíba	223	157	70,40%
Pernambuco	185	56	30,27%
Piauí	224	179	79,91%
Rio Grande do Norte	167	120	71,86%
Sergipe	75	25	33,33%
Região Sul	1.188	255	21,46%
Paraná	399	89	22,31%
Rio Grande do Sul	496	166	33,47%
Santa Catarina	293	0	0,00%
Região Sudeste	1.668	375	22,48%
Espírito Santo	78	0	0,00%
Minas Gerais	853	327	38,34%
Rio de Janeiro	92	0	0,00%
São Paulo	645	48	7,44%
Total	5.587	1.967	35,21%

Fonte: Banco Central
Elaboração: Subseção Dieese/Contraf-CUT

Movimento sindical garante pagamento da RV2 a banrisulenses

Os funcionários da área de mercado, nas agências do Banrisul, que tiveram o pagamento retido sob alegação de que haviam infringido normas internas na concessão de crédito, receberam o pagamento da RV2 no dia 25 de fevereiro.

Este pagamento só foi possível devido à atuação do movimento sindical que considerou o ato discriminatório e pressionou a direção do banco.

Ainda no dia 13 de fevereiro, representantes da Fetrafi-RS e de sindicatos de todo o RS se reuniram com o presidente do Banrisul, Túlio Zamin, e o diretor da instituição, Guilherme Cassel para cobrar o pagamento da RV2. Na ocasião, os representantes do movimento sindical reivindicaram que o banco voltasse atrás na decisão e efetuasse o pagamento da RV2. Inicial-

mente, o banco determinou um prazo de dez dias para que os banrisulenses enviassem justificativas, mas mudou de ideia.

A situação causou um grande descontentamento no quadro em relação aos gestores que utilizaram o não pagamento da RV2 como forma de punição pecuniária, sendo que a IN (instrução normativa) que regulamenta o pagamento não prevê esse tipo de prática. São previstos mecanismos para punir eventuais erros, sempre com amplo direito de defesa.

“Recebemos muitas ligações e e-mails de colegas do Banrisul pedindo a intervenção junto à diretoria do Banrisul. O fato do banco reconhecer a injustiça e desistir de reter a verba atende às expectativas dos banrisulenses, que contavam com esta parcela da remuneração variável”, explica o presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região, Mauro Salles.

Aberto período para inscrição de delegados sindicais do Banrisul

Os funcionários do Banrisul, sócios do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região, já podem se inscrever para concorrer à delegado sindical.

As inscrições poderão ser feitas entre os dias 14 a 19 de março, na secretaria do Sindicato, entre às 9:00 e 18:00 horas, inclusive ao meio-dia. É necessária a apresentação de uma correspondência assinada pelo interessado.

A inscrição também poderá ser efetuada via fax - (54) 3223.2405, devidamente assinado, enviando posteriormente a via original, através de malote, para Ag. Centro do Banrisul, A/C Sindicato dos Bancários.

Os quatro delegados sindicais

serão eleitos entre os dias 27 e 30 de março e terão atuação nas agências de Caxias do Sul, Gramado, Nova Petrópolis, Canela, Picada Café, Ipê, Flores da Cunha, Antônio Prado, Nova Pádua, Nova Roma do Sul, São Marcos, Garibaldi, Farroupilha e Veranópolis.

“O delegado sindical é o canal de comunicação, entre os banrisulenses e a direção do banco, mais próximo dos funcionários. É a ele que os banrisulenses devem encaminhar suas demandas, que por sua vez encaminhará ao Sindicato e ao Conselho de Delegados Sindicais”, diz Vaine Andreguete, coordenadora da Secretaria de Organização Política e Sindical do Sindicato.

Bancários garantem mais empregados na CEF

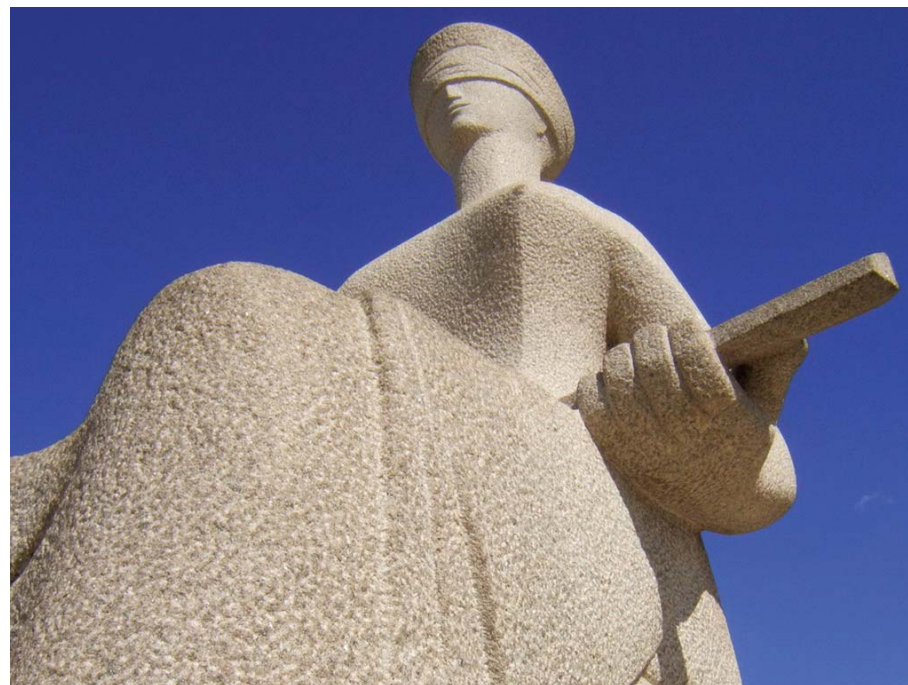
No início deste ano, a Caixa Econômica Federal anunciou a abertura de concurso público. Segundo o presidente da CEF, Jorge Hereda, o objetivo é contratar até 12 mil novos funcionários até o fim deste ano.

A medida não é apenas para o aprimoramento da gestão do banco, como o presidente da instituição leva a crer. Ainda em junho de 2008, a

CEF assinou um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público, se comprometendo a aumentar o quadro de funcionários diretos e reduzir os terceirizados, sobretudo nas atividades fins. Inclusive, a Caixa já obteve do DEST autorização para ampliar o quadro de funcionários para 99 mil trabalhadores.

Além disso, uma das conquistas dos empregados da CEF na última Campanha Salarial, foi a garantia de que a empresa contrataria 5 mil novos bancários neste ano.

Sindicato ganha causa como substituto processual



O Sindicato obteve ganho de causa na ação que cobrava PLR sobre gratificações semestrais para os bancários do Itaú Unibanco

Atuando como substituto processual, o que garante que o bancário sócio fique protegido, o Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região ganhou uma ação que cobrava pagamento de PLR sobre gratificações semestrais no Itaú Unibanco.

Com a ação, foram beneficiados 26 sócios que estavam lotados no Unibanco, na data de ajuizamento da ação na Justiça, com um valor médio de R\$ 1.900,00 por sócio.

Ao todo, foram distribuídos R\$ quase R\$ 50.000 reais, com valores que variam de R\$ 96,79 a R\$ 5.963,00.

Como a ação cobrava PLR sobre

gratificação semestral, cada sócio recebeu o valor correspondente ao tempo de trabalho no Unibanco.

O Sindicato agiu em nome próprio, visando o cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho para os bancários do Itaú Unibanco sócios e que integram a base territorial da entidade.

Sendo o representante legal e tendo não apenas o poder, mas também o dever de agir em nome de seus sócios, o substituto processual garante que os sindicalizados permaneçam amparados, mesmo que um direito seja questionado na Justiça.

PLR do Itaú confunde

Muitos bancários ficaram confusos com a PLR e o valor adicional do Itaú Unibanco, creditados ainda em 24 de fevereiro.

A quantia é inferior a de 2010, mas está calculada corretamente. Acontece que, no ano passado, o banco pagou o PCR junto com a PLR, o que fez com que o valor fosse maior.

Pelos cálculos do movimento sindical, o crédito foi feito corretamente, pois cada trabalhador recebeu 2,2 salários de PLR, com teto de R\$ 17.220,04, e o valor adicional de R\$ 2.800. Desses valores foram descontados os antecipações feitas no ano passado, de 54% do salário mais R\$ 840, limitado a R\$ 4.696,37, na PLR, e R\$ 1.400, no valor adicional.

Os valores de fato são inferiores aos creditados em 2011, porque no ano passado, junto com a PLR e o adicional também foi pago antecipadamente o Programa Complementar de Remuneração. Em 2012, este programa ainda não foi pago e é pauta de negociação entre o movimento sindical e o Itaú. Esta negociação estava marcada para 16 de março, mas foi transferida, à pedido dos negociadores do Itaú.

“Já recebemos a PCR de 2011, conforme os valores acordados por dois anos em 2010. Agora, queremos começar a discutir os valores do programa para 2012. O banco precisa valorizar o empenho e o trabalho de seus funcionários”, afirma Wanderley Crivellari, um dos coordenadores da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú Unibanco.